

A Escola do MST: transformar a sociedade a partir da realidade das pessoas¹

Cláudia Nonato

Jornalista, doutoranda em Ciências da Comunicação na ECA-USP e editora executiva da Revista Comunicação & Educação. Professora na FIAM-FAAM Centro Universitário e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP). E-mail: claudia.nonato@uol.com.br

Resumo: Além da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem, entre seus objetivos, a luta pela democratização da educação e do conhecimento. Para tanto, desenvolve um trabalho de alfabetização, escolarização e formação política de jovens e adultos, e investe na capacitação de professores que atuam no próprio movimento. Entre as suas conquistas, está a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), um modelo de universidade que não oferece diploma, mas disponibiliza cursos destinados a grupos organizados da sociedade, como os próprios militantes do movimento, indígenas e também estrangeiros vindos de toda a América Latina e África. Nesta entrevista, Simone Pereira, uma das coordenadoras pedagógicas do MST, explica o funcionamento da ENFF e da estrutura educacional do movimento.

Palavras-chave: ENFF; MST; democratização da educação; alfabetização; capacitação.

Abstract: In addition to the agrarian reform, the Landless Workers' Movement has, among its objectives, the struggle for democratization of education and knowledge. Therefore, it works to provide literacy, education and political formation to youth and adults, and invests in training teachers who work in the movement. The Florestan Fernandes National School in Guararema (SP) is one of its achievements; it is a model of university that does not offer a diploma, but provides courses for organized groups of society, such as the militants of the movement, indigenous people, foreigners from Latin America and Africa. In this interview, Simone Pereira, one of the pedagogical coordinators of the movement, explains the operation of the school and the educational structure of the movement.

Keywords: Florestan Fernandes National School; Landless Workers' Movement; literacy; training.

Recebido: 30/05/2014

Aprovado: 13/07/2014

1. Transcrição da doutoranda Sandra Pereira Falcão.



Crédito: Cláudia Nonato

Simone Pereira

Organizado em 24 estados e cinco regiões brasileiras, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é protagonista da luta pela terra e reforma agrária no país desde os anos 1980². Para além de sua história de lutas e conquistas, uma das grandes preocupações do movimento é em relação à democratização da educação e do conhecimento, considerada pelo grupo tão importantes quanto a reforma agrária no processo de consolidação da democracia. Desde a sua fundação, o MST desenvolve um trabalho de alfabetização dos assentados, e luta para que crianças, jovens e adultos dos acampamentos tenham direito à escola. Para isso, o movimento investe também na capacitação e habilitação de professores, que atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos, da educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento.

Uma das principais realizações educacionais do MST é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada no município de Guararema, em São Paulo. Organizada como uma universidade, a escola oferece cursos alternativos destinados a grupos organizados da sociedade, como os próprios militantes do movimento, indígenas e também estrangeiros vindos de toda a América Latina, Caribe e África. A ENFF não oferece diplomas, e os cursos são ministrados por professores voluntários das mais importantes universidades do país, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-Americanos.

2. MST – lutas e conquistas (2009). Disponível em: <www.mst.org.br/node/8629>. Acesso em: 31 jul. 2014.

Para garantir a autonomia do projeto, a ENFF é mantida por meio de doações de entidades e simpatizantes. Além dos professores voluntários, a estrutura é formada pela biblioteca Florestan Fernandes, com 40 mil títulos (obtidos por doações), anfiteatros, salas de aula, refeitórios, além de uma horta para consumo próprio. A manutenção da escola é feita pelos próprios alunos. Seu objetivo, segundo um dos coordenadores da equipe político-pedagógica, é “capacitar pessoas que desejam trabalhar em prol de interesses e direitos coletivos”. A maranhense Simone Silva Pereira é uma das coordenadoras dessa equipe e concedeu uma entrevista para *Comunicação & Educação*, explicando o funcionamento de toda a estrutura educacional do MST.

Comunicação & Educação: Por que o movimento de trabalhadores sem terra é também uma estrutura educacional? Por que ter uma escola de formação?

Simone Pereira: Primeiro porque, quando o movimento inicia a sua trajetória – que costumamos dizer que não é uma trajetória que nasceu em si, mas que vem tanto da forma como a estrutura agrária do nosso país é organizada, como também é herdeira de outras lutas sociais que aconteceram e acontecem no Brasil – é um movimento que se organiza para lutar pela terra. Só que, quando se conquista um pedaço de terra, percebe-se que só ela [a terra] não nos dá as condições de fato para produzir as necessidades materiais que a vida precisa. Deparamo-nos com várias outras necessidades, e a escola é uma dessas dimensões. O movimento chega a essa conclusão, mas não é assim que funciona, não se elabora para depois executar. Vai acontecendo na prática, para que depois seja sistematizado. São sempre essas sistematizações, a partir dos debates, e a escola vem como essa necessidade. Primeiro, como a conquista de um direito, que é o da escolarização e o de aprender a ler e a escrever. Mas depois vem também como uma necessidade do próprio movimento, de como as pessoas, através da sua história e das identidades que constroem, precisam elevar o seu nível de consciência, o seu nível cultural para de fato potencializar e fortalecer essa luta da qual fazem parte. Achamos que, para se sentir parte de fato, tocar o movimento, é preciso dar atenção para diversas dimensões, e a educação é uma delas. Seja a educação formal ou essa educação mais crítica e organizativa a partir da vivência cotidiana, das pessoas que são movidas pelas necessidades, ainda básicas.

C & E: Como a Escola Nacional Florestan Fernandes foi construída?

SP: Na verdade, a escola já existia antes do prédio, porque sempre esteve na intencionalidade do movimento essa ideia de formação política da militância; e sempre estudamos as questões que são necessárias nesse processo, desde a identidade sem-terra. Temos um currículo escolar focado na economia política, na filosofia, nas teorias das organizações de esquerda, na própria literatura; temos um currículo comum que perpassa tudo. A escola antes não tinha um prédio fixo e fazíamos os cursos de forma itinerante. Cada estado recebia os cursos, e as pessoas iam para os cursos nesses espaços. Mas achamos que era

importante ter um lugar próprio que pudesse ter, através da sua estrutura, da sua estética, um pouco do que o movimento foi acumulando durante toda a sua trajetória. Então a escola nasce para dar concretude a essa ideia de ter um espaço. E ela é a materialização do que o movimento vem trabalhando, com a educação popular, e essa inserção do sujeito nesses 30 anos. A escola vai completar dez anos em 2015, mas levou cinco anos para ser construída, de forma coletiva e voluntária. E é com essa coletividade, com esse espírito solidário que é mantida por voluntários. Todos os cursos que acontecem são uma demanda do que o conjunto do movimento precisa. Por exemplo, estamos num momento em que está muito complicado entender a questão agrária nos moldes do agronegócio, chamamos de “desenvolvimento do capitalismo no campo”. Ele está muito acelerado, mas temos no campo as duas faces: a pobreza mais extrema e a mais pobre, mas temos também uma expressão da melhor forma do desenvolvimento dos meios de produção no campo, ou seja, é uma contradição e que demanda estudo e entendimento por parte do movimento. Para isso, organizamos um curso nacional sobre questão agrária, trazendo os maiores pensadores da questão agrária no Brasil, como também as pessoas que estão lá na ponta, desde a base, para que possamos entender e ter uma ação concreta, a partir desse desenvolvimento, que alguns estudiosos chamam de desigual e combinado. A escola é a materialização dessa necessidade do movimento e das organizações do campo, porque acreditamos que também ganhou essa dimensão de não ser só mais uma escola do movimento sem-terra, mas de ser uma escola de todas as organizações sociais do Brasil e da América Latina, que são ou não vinculadas à Via Campesina³. Todos os anos nós temos um planejamento de cursos intenso, que são sempre avaliados, reorganizados. Temos um grupo de pessoas, chamado Brigada Apolônio de Carvalho, formado atualmente por 36 militantes, que nos dá apoio. Temos também um trabalho de formação permanente com a brigada; uma vez por mês, organizamos seminários para estudarmos o trabalho como princípio educativo, os valores humanistas, valores socialistas, discutimos a importância do coletivo no trabalho, estudo, organização de fato, como o setor do restaurante, por exemplo. Todos nós temos essa preocupação de como organizar uma vivência aqui na brigada, que ajude a escola a cumprir sua função, que é preparar e formar os militantes, formar quadros para uma transformação. Também temos rotatividade, ou seja, todos nós temos ideia de que ficaremos no mínimo três anos e no máximo cinco, para que possamos nos qualificar, mas também para que outras pessoas passem por aqui e que possamos circular nessa condição de ajudar. Temos um núcleo de direção política da formação, que é externo à escola, é um grupo de dirigentes que ajuda também nessa reflexão, sobre o que dá certo e o que não dá. É um trabalho muito intenso e constante, e buscamos organizar as coisas aqui da mesma forma que o movimento é organizado, com um setor pedagógico, um setor de comunicação e cultura, um setor de produção. A organicidade daqui da escola é a mesma que o movimento tem fora.

3. Movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo e pluralista. É formado por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada, em nove regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e na África.



ENFF

C & E: Como a escola se mantém?

SP: Temos alguns assentamentos que nos enviam, mensalmente, doações de feijão, arroz agroecológico do Rio Grande do Sul; algumas cooperativas que nos mandam leite e queijo, outras que nos mandam peixe. É uma contribuição grande, porque parte da alimentação é mantida pelos assentamentos. Alguns mais distantes se organizam para, a cada seis meses, mandar os caminhões com essa alimentação que nos dá uma boa ajuda. Também temos pequenos projetos com algumas instituições nacionais e buscamos dar alguns cursos para o pessoal da comunidade daqui de Guararema – cursos de informática, línguas. Aproveitamos o nosso próprio pessoal que está aqui, pois sempre tem pessoas de outros países, e organizamos os cursos. Os estados e as organizações que vêm sempre garantem a parte de passagem; as organizações pagam uma diária pelos seus militantes que fazem os cursos aqui, a preço de custo. Temos ainda o apoio de ONGs internacionais, para algumas questões mais pontuais, como reforma da Ciranda [*playground* para os filhos dos que participam dos cursos], por exemplo. Tem uma organização que, além de ajudar financeiramente, nos mandou um grupo de franceses; outra hora vêm uns canadenses e ajudam também nessa parte mais da reforma, da organização. Nessa busca cotidiana por apoio financeiro, temos a associação dos amigos da escola, que financeiramente ainda não é algo que faça muita diferença, mas faz muita diferença no número de associados, pois representa esse apoio da sociedade civil. São muitas pessoas empenhadas em ajudar para que a escola se mantenha.

***C & E:* Como são estruturados os cursos oferecidos pela ENFF?**

SP: Nos organizamos em quatro núcleos: teoria política, cursos de formação política para pessoas do próprio movimento ou de movimentos sociais em outras áreas, que participam juntos. Nesse núcleo, a Dejacira Oliveira e eu somos coordenadoras e, embora o planejamento seja feito num conjunto maior, nós assumimos toda a parte de articulação de professores, de execução do programa. Temos outro núcleo, que é o núcleo latino, para cursos voltados ao público de organizações sociais de toda a América Latina e Caribe, coordenado pelo Paulo Diego. São dois cursos, um de 40 dias, com dirigentes de organizações sociais de toda a América Latina, e um de três meses, mais básico, para pessoas que estão iniciando a sua inserção nessas organizações. Temos também um núcleo de cursos formais, que cuida da parceria com as universidades e que oferece cursos. Temos um mestrado em parceria com a Unesp e com a cátedra da Unesco em Geografia, “Território e Desenvolvimento da América Latina”. E também disponibilizamos várias especializações, que, embora tenham foco na educação e no campo, oferecem cursos de agroecologia, arte e educação do campo, sempre variando as áreas de conhecimento, mas com foco nessa questão da educação do campo. Os coordenadores desse núcleo são o Erivan Hilário e a Rosana Fernandes.

***C & E:* Há uma estrutura curricular em termos de organização em disciplinas? A Escola tem reconhecimento do MEC e fornece diploma aos formados?**

SP: Nós temos alguns registros com a Capes, mas com o MEC não temos registro enquanto uma instituição que oferece cursos. Todos os nossos cursos são em parceria com universidades, que dão a validade. Oficialmente, a escola é uma associação sem fins lucrativos, com a missão de trabalhar na perspectiva da educação e do desenvolvimento da pessoa humana. Nunca discutimos esse interesse, porque achamos que essas parcerias (com as universidades) nos fortalecem mais do que se nos isolássemos.

***C & E:* Os cursos de alfabetização e os cursos regulares do ensino, da formação básica, também são pensados por vocês ou a coordenação é descentralizada, cada acampamento trata do seu curso?**

SP: Na verdade, nós temos dentro do movimento o setor de educação dedicado a isso, a estudar um pouco o currículo, preparar propostas desde o ensino fundamental até as escolas de ensino médio. Mas há um enfrentamento que vai muito de acordo com cada realidade. Em alguns assentamentos, conseguimos que a escola tenha mesmo todas as características de uma escola do campo, de como o movimento organiza a vida, desde a ornamentação da escola à organização dos alunos – e até conseguimos propor o livro didático, a forma de discussão dos temas comuns do dia a dia da escola, as datas comemorativas. Sempre intervimos na ideia de como fazer uma leitura mais crítica da própria forma de como a sociedade se organiza, na perspectiva de que as pessoas possam de fato ter as informações e fazer as suas opções. Mas em alguns lugares

não conseguimos ter toda essa abertura, e o que fazemos? Criamos os cursos de pedagogia e formamos os professores que vão alfabetizar as nossas crianças e os nossos jovens e adultos – porque ainda tem muito analfabeto no campo. Alguns estados assumiram essa bandeira: vamos erradicar o analfabetismo nas áreas de assentamento, seja de forma voluntária ou por meio dos convênios. Outros estados já têm mais dificuldade, ou seja, cada estado trabalha a partir de uma orientação política, de uma reflexão mais coletiva, mas os resultados se dão de forma diferente. Por exemplo, na alfabetização de jovens e adultos, nós temos cadernos de alfabetização baseados em Paulo Freire; a partir daí montamos uma discussão curricular de como faríamos; tem um do ensino de matemática, que vai calcular as sacas de arroz, quanto de terra vai preparar etc. E nós temos vários livros organizados nessa perspectiva de dar, digamos, um aporte para isso. Mas nem sempre é muito fácil. Tem estado, como o Ceará, por exemplo, onde nós temos cinco escolas de educação do campo, que chamamos “escola do campo”; a estrutura é bem melhor do que muitas escolas da cidade, com laboratório de informática e biologia, área de lazer e tal, mas nós temos ainda o problema das escolas do campo que são fechadas, e discutimos muito isso – em tomar cuidado para não ficarmos só com o bom exemplo, da conquista. Isso é importante porque motiva os que ainda não tiveram a conquista, mas nós não podemos abolir a realidade concreta de que ainda existem analfabetos, escolas nas quais não conseguimos intervir. Às vezes, o estado demite os nossos professores para trazer outros da cidade para dentro do assentamento. Os cursos formais também têm ajudado na qualificação e na manutenção da nossa intervenção dentro da escola, a partir das pessoas que de fato se escolarizam, passam nos concursos, porque esse é o debate que fazemos. Os professores das escolas de assentamento têm que ser as pessoas que vivem no assentamento, porque senão fica essa relação só de ser o espaço onde eu vou vender a minha força de trabalho, e depois eu volto. Tem um coletivo de educação que se preocupa com essa questão.

C&E: Vocês têm um balanço (de ordem nacional) de como vai o ensino do MST em cada estado, e também em qual estado há maior problema de analfabetismo?

SP: Algumas pesquisas nacionais trazem isso. Mas nós temos. Inclusive, agora estamos num período de fazer esse levantamento; fazemos a cada dois anos, para saber quantas escolas de ensino médio nós temos em cada estado e quanto é o déficit, se nós temos ainda crianças fora da escola, qual o índice de analfabetismo, e até mesmo qual tem sido a média de escolaridade dos professores que lecionam nas escolas. Esse levantamento é sempre feito para podermos organizar a pauta de reivindicação junto aos órgãos do estado, quantas escolas nós precisamos que sejam construídas, quantos professores e cursos precisaremos. Por exemplo, temos muitas pessoas nos assentamentos formadas em Pedagogia, mas temos um déficit em áreas específicas: História, Geografia, Matemática, Química, Física. Agora conquistamos quatro turmas de segunda

licenciatura, que vão se formar nessas áreas, porque o curso de Pedagogia não possibilita que o professor dê aula nessas áreas.

C&E: Vocês reivindicam ao Estado que esses jovens professores da área de pedagogia possam ir para a universidade fazer uma licenciatura curta, no caso, como você estava dizendo, na área específica, é isso? Então, vocês terão o profissional do próprio assentamento do MST voltando para dar aula nessa área?

SP: Isso. Mas não organizamos os cursos por estado, e sim por grande região, como quatro turmas para o Nordeste, por exemplo. Mas isso não vai resolver o problema, vai abrir um caminho de como nós agiremos. Solicitamos o curso, pedimos para uma das universidades parceiras organizar como seria esse curso, uma segunda licenciatura, levando em conta as disciplinas que já são base. Quem organiza o curso é a universidade. Nós apresentamos o problema, e o Pronera⁴ (Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária) ajuda nisso. Algumas universidades aceitam fazer sem o financiamento do Pronera, que nos dá apoio nessa questão dos cursos de nível superior para os beneficiários da reforma agrária, e que agora se ampliou: é para o campo, não só para quem é de reforma agrária, ampliou-se para indígena, ribeirinho. Esse programa é nacional e existe há 15 anos, mais ou menos. No início, era bem difícil, porque os primeiros cursos foram organizados por grande região. Depois, com a ajuda de quem já havia feito o curso como representante de seu estado, tornando-se multiplicadores da experiência, foi ficando mais fácil. Porque é isso: todos os nossos coletivos nacionais são formados com representantes de cada estado do Brasil. E cada estado tem pessoas de cada região do estado e cada região, de cada assentamento, então, forma-se uma rede em que as informações, na maioria das vezes, circulam.

C&E: E na área de Comunicação, vocês já fizeram cursos ou utilizam a Comunicação nos cursos?

SP: Tivemos um curso de Jornalismo. Tem até um companheiro aqui da Brigada que chegou agora e fez esse curso de Jornalismo na Universidade Federal do Ceará. A maioria dos alunos era do Movimento Sem Terra, mas vários vinham do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), e chamávamos o curso de “jornalismo da terra”. Porque eram só pessoas vinculadas aos movimentos do campo. Esse debate da Comunicação é muito presente desde sempre, dos “aparelhos ideológicos”⁵ do Estado, essa questão do poder da mídia, sempre discutindo quais são as alternativas que temos na perspectiva da comunicação popular. No próprio movimento, temos o *Jornal Sem Terra*, que usamos como uma referência; o *Brasil de Fato*, que não é do movimento, mas que também é uma referência. Temos também dentro do movimento um setor de comunicação e cultura, que cuida um pouco desse debate, se preocupa em organizar essas demandas.

4. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

5. Modelo proposto por Louis Althusser. Para o autor, Igreja, meios de comunicação e escolas são instrumentos necessários à reprodução das condições de produção do sistema capitalista, como coadjuvantes dos aparelhos repressivos do Estado.

C&E: De maneira geral, vocês trabalham a partir de que referências teóricas, do ponto de vista didático-pedagógico? E como é que vocês atuam para organizar os cursos?

SP: Buscamos sempre uma linha mais na perspectiva da educação popular, uma perspectiva mais crítica, estudamos Paulo Freire, assim como estudamos [Lev] Vygotsky. Temos o método do materialismo histórico-dialético como a nossa maior referência, e achamos que é o que nos ajuda a fazer uma leitura mais próxima da realidade, numa perspectiva de transformação dessa realidade, não só de entender, pode ser que nos seja útil de alguma forma. E trazemos [Antonio] Gramsci, quando ele fala da questão da construção da contra-hegemonia. Temos muitos teóricos, vamos perpassando por eles, de acordo com o tema em que deram maior contribuição. Buscamos um aprofundamento, e é uma pedagogia baseada mesmo no real cotidiano da luta; da conquista do direito e da construção de uma identidade mesmo como classe trabalhadora. Eu, por ser do campo, não vou me preocupar só com as coisas que atingem o campo, mas quando eu vir uma greve de professores, com professor apanhando, vou também sentir uma indignação, ver o que eu posso fazer para ajudar, de não achar que se não é da minha categoria, de camponês, por exemplo, do campo, não me interessa. Enfim, a linha é essa, de uma perspectiva mais crítica e de transformação social, mas nós não temos um vínculo com apenas uma linha, nem com um autor.

C&E: Por que o nome da escola é Florestan Fernandes?

SP: Aqui tudo é muito debatido, muito pesquisado, e a conclusão a que chegamos é que o Florestan Fernandes conseguiu dar a contribuição de uma leitura mais crítica da realidade. Ele nos deu alguns instrumentos para fazermos essa interpretação, sem perder a mística da transformação. E nós temos nele esse exemplo, de militante muito coerente durante uma vida toda. Mesmo em condições adversas, ele se manteve como muitos outros não conseguiram. O Florestan, para nós, é um exemplo material e concreto, de coerência política, um exemplo para tentar fazer com que de fato consigamos honrar esse nome, e também nos manter nessa perspectiva de transformação social, com esse vínculo, com essa identidade, com essa pertença à classe trabalhadora de fato. É o nosso nome místico, digamos assim, mas também o nosso nome real e concreto, do ponto de vista de pensamento.

C&E: Vocês possuem também o Iterra⁶ e o Instituto de Educação Josué de Castro, no Rio Grande do Sul. Essas escolas ainda são atuantes?

SP: Sim, ficam em Veranópolis, Rio Grande do Sul, e formam pessoas no ensino médio. Temos o TAC (Técnico em Administração de Cooperativas), o magistério, o EJA médio e fundamental, e temos também um curso superior que acontece lá agora, de História, Pedagogia, mas todos pelo Pronera. Na verdade, o Iterra e o Instituto de Educação Josué de Castro são os mesmos, porque um funciona dentro do outro. O Iterra é a nossa escola mais antiga, do

6. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

ponto de vista de estrutura, e é um lugar por onde a maioria de nós passou para fazer nossos cursos de ensino médio. É uma instituição que tem cursos tanto para o ensino fundamental – que, na maioria das vezes é para o EJA, para os jovens e adultos, quanto para quem já passou da idade e vai fazer um supletivo. É o nosso espaço também para os cursos de ensino médio. Realizamos lá muitos cursos de magistério, onde fazíamos esse debate cotidiano sobre a pedagogia do movimento. Todas essas sistematizações nasceram lá. Os cursos são reconhecidos pelo MEC, e a escola tem o registro na própria Secretaria Estadual de Educação.

C&E: A contribuição do Iterra, de Veranópolis, com a experiência dos cursos do EJA e dos cursos do ensino médio e fundamental, é transferida, passada para outras escolas locais, regiões diversas do país? Como funciona essa transferência da experiência?

SP: Sempre afirmamos que o Iterra é o lugar onde a pedagogia do nosso movimento está mais desenvolvida, porque lá temos as condições concretas: podemos receber um grupo de educandos, que ficará lá, no mínimo, dois meses e meio por etapa; temos uma estrutura que é do movimento, ou seja, vai seguir o currículo que a secretaria manda, mas todos os professores são do movimento. É onde podemos fazer o melhor exercício do que é uma auto-organização dos alunos, o que é uma escola vinculada ao trabalho como princípio educativo. Todas essas questões, sobre o que é organizar o trabalho, para a questão da manutenção cotidiana, e também de produzir algumas coisas para gerar recursos para os próprios alunos, além do estudo. Esses são temas do currículo comum, sempre vinculados numa perspectiva e no tempo da comunidade, que se organiza em tempo-escola e tempo-comunidade. Sempre se faz um diagnóstico de determinado assentamento, se organizam alguns trabalhos vinculados para as necessidades daquele diagnóstico. Por exemplo, às vezes saímos de lá e recebemos como tarefa assumir uma turma de alfabetização de jovens e adultos, a partir do método de alfabetização que estudamos. Vamos examinar o que dá certo, o que não dá. Desse modo, o Iterra termina sendo essa expressão. E como tem muita gente que passou por lá porque era a primeira escola, sempre temos, sim, esse exercício de ver o que o Iterra traz como possibilidade, porque não é uma receita de como organizar, mas como incluir alguns elementos, e como você até melhora outros que lá não seria possível. Aqui na ENFF temos o cuidado de não querer que a escola seja o Iterra, porque são espaços diferentes, com públicos diferentes e com objetivos diferentes, porque o objetivo do Iterra é escolarizar mesmo, formar tecnicamente para atuar em determinadas áreas, mas também numa perspectiva de transformação da realidade, uma intervenção mais qualificada.